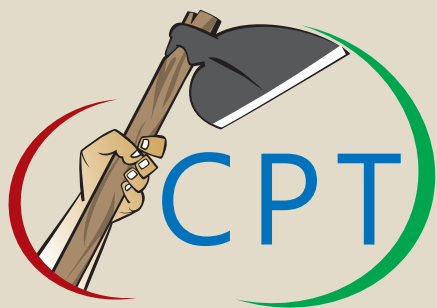




# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2017

Ano 42 – Nº 230

**“A maior violência é a negação  
do nosso direito de existir”**

Págs.: 8 e 9

**Dia Nacional de Formação:  
o bem viver e os saberes  
populares**

Págs.: 10/11



EDITORIAL

# Manter acesa a chama para que o frio não nos deixe inertes

“Não há democracia por aqui! O que há é algo sem nome, algo confuso parecido com uma oligarquia, uma gerontocracia ou, como disseram alguns, uma corruptocracia. Tudo pela e para a Bolsa, nada para os pobres!”, assim fala Ivone Gebara, sobre a crise que assola o país. Segundo ela, “são as mulheres que mantêm a luz acesa” ao comentar a ação das senadoras que ocuparam a mesa da presidência do Senado na tentativa de impedir o massacre que foi a votação da reforma trabalhista, já sancionada pelo presidente, que veio desmontar as leis existentes favorecendo ainda mais os patrões e uma maior exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

Esta eminente teóloga não está sozinha. O economista, Delfim Neto, ex-ministro da fazenda no tempo da ditadura, diz, que *“todo o nosso sistema eleitoral foi montado para permitir a apropriação do poder político (o Legislativo e o Executivo), pelo poder econômico, através do financiamento por pessoas jurídicas”*. Por isso o golpe contra Dilma e todo o desmonte de direitos, que está sendo feito neste momento, é única e exclusivamente para satisfazer os detentores do poder econômico.

Este poder econômico, segundo o sociólogo, Jessé Souza, que foi diretor do IPEA, compra tudo para garantir seus interesses: “A base da corrupção é uma elite econômica que compra a mídia, a justiça, a política, e mantém o povo em um estado permanente de imbecilidade”. Os discursos para acobertar a destruição de conquistas sociais históricas são feitos de uma hipocrisia sem tamanho. Usam-se argumentos que na realidade dizem exatamente o contrário do que as palavras significam e com isso garantem o “estado permanente de imbecilidade”, sobretudo da classe média.

Mas as classes populares estão atentas. Reagem de acordo com suas forças e capacidade, num jogo em que as forças dominantes são poderosas.

Esta reação

- está patente nas mobilizações dos indígenas Munduruku que exigem respeito ao seu território, aos seus antepassados, à sua cultura, contra os desmandos dos grandes empreendimentos que constroem as Usinas Hidrelétricas na bacia do Tapajós;
- fica clara quando indígenas, camponeses e movimentos sociais ocupam o espaço do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), na cidade de Goiás, fazendo ouvir a voz de quem historicamente foi silenciado e invisibilizado;
- se fortalece quando as comunidades do Cerrado se articulam para garantir seus territórios e a água livre, e lutam contra a concentração da terra e a violência do agronegócio;
- está presente quando se busca reconstituir os elementos da cultura milenar de indígenas presentes no que se está chamando de Bem Viver. “Vivências, práticas e relações que não foram devoradas ou dominadas pelo Estado, o mercado nem a modernidade” estão sendo reavivadas.

A luta vai ser muito longa e dura, mas a chama está acesa, impedindo que o frio intenso em que vivemos nos deixe inertes.

Boa leitura!



## Por Debaixo da Floresta: Amazônia Paraense Saqueada com Trabalho Escravo

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em articulação na Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão (Raice), com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicam em dois livros os resultados de pesquisa sobre o trabalho escravo. O primeiro livro, “Por debaixo da floresta”, apresenta as condições de trabalho na extração ilegal de madeira no oeste paraense, as brechas da estrutura fundiária, o problema da dependência de comunidades e assentamentos diante da morosidade na questão agrária, especialmente nos casos dos projetos de assentamento Areia e Campo Verde, e uma análise sobre os riscos de concessões florestais na legalização de madeira saqueada.



## Entre Idas & Vindas: Novas Dinâmicas de Migração para o Trabalho Escravo



“Entre idas & vindas”, segundo livro publicado pela CDVDH/CB e pela CPT no âmbito da Raice, é fruto de um diagnóstico que visa identificar os tipos de vulnerabilidade social e econômica que podem contribuir para a migração de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de quatro estados do Norte e Nordeste do país: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. O livro contextualiza a realidade do combate ao trabalho escravo nestes estados, destacando seus eixos prioritários e as diversas vulnerabilidades percebidas: comunidades atingidas por grandes projetos, os riscos na migração para a construção civil, as comunidades em conflito por terra, a falência da reforma agrária, as comunidades tradicionais ameaçadas, os bairros desatendidos na periferia das cidades e a presença de aliciadores.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**Secretaria Nacional:** Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

**Fone:** (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) / [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom Enemésio Lazzaris

**Vice-presidente**  
Dom André de Witte

**Coordenadores Nacionais**  
Paulo César Moreira  
Jeane Bellini  
Thiago Valentim  
Ruben Siqueira

**Redação**  
Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)  
João Damásio  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo da Silva Souza

**APOIO**



**ASSINATURAS**

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)



## Jornalistas pela PUC-GO produzem filme “Eu Sou Quebradeira”

“Sou neta e filha de quebradeiras de coco. Eu também quebrei coco, mas meus pais deixaram o campo. Muita gente buscou outras formas de vida pela falta de políticas de proteção aos extrativistas. Minha tia conta que já levou ‘carreira’ de capataz de fazendas”, relata a jornalista Idê Oliveira que, junto dos também jornalistas graduados pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Anderson Marcelo, Ana Caroline Feitosa e Cleudiane Monsef, produziu o documentário “Eu Sou Quebradeira – Histórias e Tradição”.

O filme tem duração de aproximadamente 22 minutos e foi gravado com o apoio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) nos povoados de Santo Antônio da Citi, que é uma comunidade remanescente de quilombos, e no povoado Vista Alegre, ambos em Codó (MA).

A narrativa, que deve ser exibida futuramente em festivais ambientais, conta como é a vida das quebradeiras de coco babaçu nessas comunidades. Segundo a sinopse, “apesar de todos os desafios elas buscam manter viva a tradição. São relatos de resistência, conquistas e muitas outras experiências do dia a dia dessas mulheres que lutam por valorização, acesso às palmeiras e preservação dos babaçuais”.



## “No Rastro da Grilagem” disponibilizada em meio digital

O primeiro número da revista “No Rastro da Grilagem” foi disponibilizado para acesso gratuito pela internet no endereço: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br).

A publicação, produzida pela Associação de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) em parceria com a Comissão Pastoral da Terra e com movimentos sociais, foi lançada em versão impressa em março de 2017 com o tema “Formas Jurídicas da Grilagem Contemporânea”.

Os textos apresentam análises jurídicas, sistematização, reflexão e denúncia de casos de grilagem no estado da Bahia, que evidenciam situações de prejuízo à vida de milhares de camponeses e camponesas.

## Grito dos Excluídos: “Por direitos e democracia, a luta é todo dia!”

O 23º Grito dos Excluídos, realizado nacionalmente e anualmente no dia 7 de setembro por movimentos populares, religiosos, sindicatos e organizações civis, terá como lema o grito “Por direitos e democracia, a luta é todo dia!”.

Neste ano, o Grito dos Excluídos irá focar em três eixos centrais: Democracia, direito e luta. Segundo os organizadores, os temas refletem os objetivos da manifestação de denunciar a estrutura agressiva e excludente da sociedade e a perda de direitos dos trabalhadores.

Historicamente, o ato reúne milhares de pessoas em todos os estados brasileiros e tem a representatividade de entidades e pessoas ligadas aos povos tradicionais e à classe trabalhadora do campo e da cidade. Apesar de ser um ato com data marcada, a luta é todo dia. Desde maio, os movimentos sociais investem em reuniões de preparação e aprofundamento sobre a conjuntura.

## II Semana Popular de Teatro é realizada no sertão sergipano

Os camponeses e camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe, por meio do Grupo Raízes Nordestinas, que acumula mais de 15 anos de caminhada, realizaram a sua II Semana Popular de Teatro, com o tema “Na arte da Resistência Camponesa”, entre os dias 03 e 05 de agosto, em Poço Redondo (SE).

A programação da semana foi intensa e possibilitou o intercâmbio entre grupos de teatro que estão sendo organizados na região, rodas de diálogo,

oficinas e apresentações teatrais, dando visibilidade ao trabalho de agitação e propaganda desenvolvido pela juventude neste momento da complexa conjuntura que vive o país.

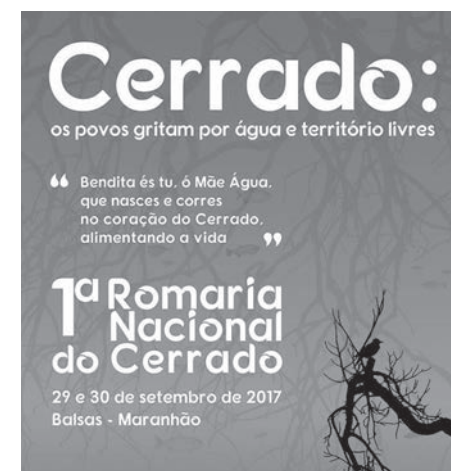
O palco das atividades da II Semana Popular de Teatro foram as escolas públicas, bairros e praças, e contaram com a participação de grupos convidados e também com a presença da Caravana de Luta Camponesa do MPA, que se encontrava na região.

## 1ª Romaria Nacional do Cerrado grita por água e território

Nos dias 29 e 30 de setembro de 2017, acontece em Balsas (MA) a 1ª Romaria Nacional do Cerrado, que traz como tema a luta do povo e das comunidades por dois elementos fundamentais para a vida – “Cerrado: os povos gritam por água e território livres”.

A concentração para a Romaria será na Praça da Liberdade, localizada no Bairro Potosí, onde estarão situadas barracas de alimentação e bancas da Feira de Economia Solidária do Cerrado.

Com o lema “Bendita és tu, ó Mãe Água, que nasce e corres no coração do Cerrado, alimentando a vida”, a Romaria é uma realização da CNBB Nordeste 5, Diocese de Balsas, CPT, Fetaema, Cebi, PJ, Cáritas, SPM, TEIA/



MA, MIQCB, MPP, CPP, Moquibom, Cimi, diversos parceiros e parceiras e conta com o apoio da Misereor.

## Dez anos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Em seu décimo aniversário, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas enfrenta sérios obstáculos para proteger populações tradicionais em todo o mundo. Segundo a relatora especial da ONU para os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, a expansão das indústrias extrativistas, do agronegócio e dos “megaprojetos” de desenvolvimento e infraestrutura, que invadem as reservas, ainda permanecem como as principais ameaças para a maioria dos povos indígenas.

Ela ressaltou que, apenas no ano passado, a ONU enviou comunicados manifestando preocupação sobre esse tipo de ataques em diversos países, a maioria na América do Sul – incluindo o Brasil. Em 2016, a relatora alertou que a situação dos povos indígenas era a

mais grave desde a criação da Constituição brasileira de 1988.

Em nível internacional, a Declaração reforçou a importância da implementação de medidas protetivas aos povos indígenas e suas terras na legislação de diversos países. Nações como Equador, Bolívia, El Salvador e Quênia revisaram suas constituições, incorporando medidas positivas. Já em Belize, Colômbia e México, a Declaração é usada como orientação de jurisprudência em tribunais superiores e constitucionais.

A Declaração fornece orientações-chave sobre as medidas que os Estados precisam tomar para quebrar o ciclo da discriminação racial, permitindo que os povos indígenas desfrutem seus direitos humanos em pé de igualdade com a sociedade em geral.

## ARTICULAÇÃO DAS CPT'S DA AMAZÔNIA

# Atlas sobre conflitos na Amazônia será lançado em setembro

ELVIS MARQUES\*

Atlas de Conflitos na Amazônia, publicação de iniciativa da Articulação das CPT's da Amazônia, será lançado em Brasília durante Encontro sobre a Mercantilização da Natureza e a problemática dos projetos de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação (REED), entre os dias 25 e 29 de setembro – evento que reunirá agentes da Pastoral da Terra e trabalhadores e trabalhadoras. “Será um espaço onde a CPT vai discutir e se posicionar politicamente em relação ao REED, pois da maneira como está sendo implementado acaba expropriando as comunidades e fazendo com que percam a soberania sobre seus territórios”, destaca Darlene Braga,

agente da CPT no Acre e membro da Articulação.

O objetivo desta publicação é visibilizar, principalmente através de mapas, os conflitos no campo presentes nos nove estados que formam a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Pará, Rondônia, Roraima, e partes dos estados de Maranhão e Mato Grosso). “Em reunião de coordenadores dos regionais amazônicos da CPT destacou-se a preocupação com o aumento dos conflitos e de violências contra os camponeses”, explica Josep Iborra, conhecido como Zezinho, agente da CPT em Rondônia e membro da Articulação das CPT's da Amazônia. A partir disso, conforme o agente pastoral, foi proposto um trabalho sistemático de mapeamento dos conflitos em cada estado, para apontar quais casos

eram acompanhados pela CPT, “para tentar melhorar nossa presença nas regiões mais atingidas e menos atendidas”, ressalta.

Inicialmente, os/as agentes da Pastoral realizaram este trabalho de forma artesanal, e o apresentaram durante reunião no início deste ano em Manaus, no Amazonas. “Foi um resultado valioso, pois permitia visualizar o espaço e as regiões onde estavam acontecendo a maioria dos conflitos e as disputas pela terra”, afirma Zezinho. O próximo passo foi mapear onde estavam localizadas as áreas em disputa na Amazônia. Cada Regional da CPT elaborou uma tabela com critérios para realizar este trabalho, na qual constavam detalhes como: municípios onde o conflito estava localizado, nome da comunidade, número de famílias impactadas, iden-

tidade (posseiros, sem terra, indígenas, quilombolas, etc.), com quem disputavam seus territórios, e outros.

Para o aperfeiçoamento técnico do Atlas, Gustavo Ferreira Cepolini, geógrafo e professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), MG, aceitou o desafio e realizou um trabalho de formação com os/as agentes da Pastoral. O Atlas também envolveu o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, responsável pela compilação dos dados sobre os conflitos no campo. “A proposta metodológica é diferente. Enquanto o livro de conflitos [publicação Conflitos no Campo Brasil] registra as ocorrências de conflitos durante o ano, o Atlas mostra os conflitos que permaneceram vigentes nos últimos anos”, explica Zezinho.

## VIA CAMPESINA

## VII Conferência Internacional da Via Campesina reúne cerca de 450 movimentos camponeses em Derio, no País Basco

CRISTIANE PASSOS\*

Sob o lema “Investir na juventude rural, semear o presente para colher futuro”, nos dias 15 e 16 de julho, antecedendo a Conferência Geral, foi realizada a IV Assembleia da Juventude da Via Campesina Internacional, que reuniu cerca de 100 jovens, homens e mulheres, de 47 países ao redor do mundo. Durante dois dias, eles refletiram sobre a importância da participação da juventude no fortalecimento deste grande movimento camponês que, entre outras coisas, luta pela soberania alimentar e a agroecologia camponesa. Os jovens sabem que enfrentam grandes desafios, alcançar a participação da juventude concretamente não é fácil, mas, nas palavras de Paula Gioia da organização Abl, da Alemanha, “os jovens têm uma grande oportunidade em mãos e ela se chama Via Campesina. Os jovens não são apenas o futuro, também somos o presente, pois se não temos presente, não teremos futuro”.

Já nos dias 17 e 18, foi realizada a V Assembleia das Mulheres da Via Campesina, que reuniu cerca de 150 mulheres de todos os continentes, representando 164 organizações de 79 países. Após quatro anos da última Assembleia, realizada em Jacarta, na

Indonésia, elas voltaram a se reunir, para articular estratégias de ação e compartilhar experiências, animadas pelo lema do Encontro, “Construímos um movimento para mudar o mundo, com feminismo e soberania alimentar”.

Na mística de abertura da Assembleia foi possível reconhecer elementos de



Foto: Via Campesina

unidade entre as mulheres camponesas de todo o mundo. Elas reafirmaram seu compromisso com a soberania alimentar e com o feminismo. Além disso, compartilharam suas lutas contra o patriarcado, por comida saudável, pela proteção do meio ambiente, pela paz no mundo e pela erradicação de todo tipo de violência contra as mulheres. As mulheres destacaram, ainda, a importância de hoje em dia exercerem na liderança da Via Campesina um papel de igual importância ao dos homens, o que foi retratado na montagem de um panorama histórico das mulheres

dentro do movimento.

As participantes deixaram claro que compartilham de lutas sociais que transcendem as fronteiras geográficas que existem entre elas. Desde Moçambique até a Índia, passando por Honduras, resistem e lutam contra o feminicídio, contra a falta de acesso às terras, contra o desrespeito de seus direitos como seres humanos e como trabalhadoras, e contra as leis que vão contra as sementes indígenas e crioulas, das quais uma maioria de camponesas é guardiã.

De 19 a 24 de julho, com o lema “Alimentamos nossos povos e construímos um movimento para mudar o mundo!”, foi realizada a VII Conferência Internacional da Via Campesina, o maior movimento camponês do mundo. Com cerca de 450 movimentos camponeses, representantes de todas as partes do mundo, se reuniram para reafirmar a luta contra o capitalismo e propor medidas concretas para construir um mundo alternativo, baseado na dignidade e na Soberania Alimentar.

“É único porque somos um movimento que é tão diverso e mesmo assim unido em nossas lutas. Somos as pessoas que trabalham na terra e que alimentam o mundo, mas nossos territórios estão sofrendo ataques constantes. Enfrentamos, também, um processo de criminalização crescente. Esta Conferência é um passo a

frente na internacionalização das nossas lutas, criando estratégias para frear os poderes do capitalismo global e construir um movimento para a mudança”, afirmou Elizabeth Mpofu, camponesa do Zimbábue e coordenadora geral da Via Campesina.

Em Carta Final, os movimentos destacaram que “O caminho é longo. Estamos crescendo como um movimento, mas o capitalismo selvagem e guerras de um sistema global em crise colocaram todos nós, nossas comunidades, organizações e sociedades em situação de risco. Diante a barbárie é urgente construir outro futuro para a humanidade. Em um contexto extremamente complexo, a Via Campesina é uma motor de luta pela transformação e garante a paz no mundo. Através do nosso trabalho diário no campo, a nossa contribuição global para a alimentação, nossas parcerias e nossa luta pela soberania alimentar, temos conseguido a confiança de grande parte dos povos e movimentos. Nós assumimos a responsabilidade de continuar a semear a paz neste planeta, assim como temos globalizado a luta e semeado a esperança em todos os cantos do mundo”.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

## 100 ANOS REVOLUÇÃO RUSSA

# A questão agrária e o campesinato na Revolução Russa de 1917 – PARTE I\*

HORÁCIO MARTINS  
DE CARVALHO\*\*

Para se compreender a questão agrária e o campesinato na revolução russa de 1917, levando-se em conta os principais debates da época e as lições políticas que se poderá inferir para o momento atual, será minimamente necessário que se trate de alguns episódios da transição do regime de servidão dos camponeses, iniciado formalmente em 1649, até o período das socializações da terra que se efetuou na Rússia, a partir da revolução popular de 1917.

É o seguinte conceito de campesinato que utilizo como referência: “Entendo por camponesas aquelas famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural- extrativa, agrícola e a não agrícola - desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.”

Neste texto, onde se comenta a presença camponesa na Revolução Russa de 1917, o conceito de campesinato se expressa numa transição complexa que vai se alterando desde a formal emancipação camponesa da servidão feudal em 1861 até a sua presença, ao menos parcial na complexidade da imensidão social e étnica russa, como sujeito social em construção (fugas e revoltas camponesas) na década de 20 do século XIX.

Para Trotsky “(...) Se a questão agrária, herança da barbárie, da antiga história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, caso pudesse ter recebido uma solução, o proletariado russo não teria jamais conseguido subir ao poder em 1917. Para que o Estado Soviético fosse fundado foi necessária a aproximação e a penetração re-



Foto: Imagem Internet

cíprocas de dois fatores de natureza histórica inteiramente diferentes: uma guerra de camponeses, movimento característico da aurora do desenvolvimento burguês; e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que marca o ocaso da sociedade burguesa. É isto a essência do ano 1917.”

Considero que o campesinato, ao menos no Brasil contemporâneo e na sua mais ampla diversidade, vivencia uma contradição que se expressa nos seguintes termos: sua possibilidade efetiva de progresso e desenvolvimento na sociedade capitalista se encontra na sua própria negação no sentido de que os valores e práticas dominantes a conduzem para se afirmar como empresa capitalista ou no seu contrário, ou seja, tornar os membros da família camponesa assalariados ou parcela deles burgueses. A hipótese da garantia da reprodução social do campesinato fica, dessa maneira, comprometida.

## Regime de Servidão na Rússia

O regime de servidão foi formalmente instituído na Rússia no século XVII (1649) pelo czar Aleixo, após casos de fuga dos camponeses pobres

(mujiques) dos feudos onde estavam submetidos à servidão. Esse código legal de 1649 restringiu a mobilidade dos camponeses para forçá-los a se submeterem à autoridade do Estado. Havia, então, duas grandes categorias de servos: servos pertencentes a membros da nobreza (fidalgos) e os pertencentes ao Estado. Os camponeses que viviam nas terras do Estado, no entanto, não eram considerados servos. Eles foram organizados em comunas da aldeia (Mir), que foram responsáveis pelos impostos e outras obrigações. Os servos pertencentes às famílias da nobreza - os mujiques ou camponeses russos - eram considerados como um tipo de ‘peão subordinado por dívidas’. Eram nômades que trabalhavam a terra para a nobreza russa (e a igreja Ortodoxa), em troca de empréstimos (Kabala) ou outra forma de auxílio, como insumos em geral, em prazos fixos por 3 a 5 anos ou de 10 a 20 anos (Kabala kholop). Os camponeses passavam de 3 a 5 dias por semana trabalhando nas terras da nobreza.

Essa lei (servidão) forçou os camponeses russos a se manterem nas terras, sem as poder possuir. Os donos das terras, sobretudo nobres, podiam vender as terras juntamente com os

servos que nela trabalhavam. Os nobres possuíam mais de 50% das terras aráveis. Os camponeses no máximo de 6,75 a 8,10 acres ou, mais ou menos, 2 hectares. Como os servos, no entanto, os camponeses do Estado foram anexados à terra que cultivavam, ao se exigir que a maioria dos russos não mudasse de domicílio.

## Fugas e revoltas

O regime de servidão provocou inúmeras revoltas dos servos camponeses. Nos anos 1650 e 1660, o número de fugas dos camponeses aumentou drasticamente (formas diversas de rebelião). Porém, essas revoltas foram derrotadas pelas tropas czaristas. Em 1658 a fuga foi considerada contravenção penal. Entre 1773 e 1775, houve diversas revoltas dos camponeses em algumas regiões (nos Urais e na zona do Volga). Em decorrência dessas revoltas a imperatriz Catarina II da Rússia tornou as leis ainda mais favoráveis aos nobres, que podiam agora deportar os servos que causassem problemas, podendo igualmente separar famílias.

Por outro lado, passou a ser possível que os servos comprassem a sua liberdade, pagando aos senhores feudais o preço estabelecido por eles. Mas esse processo não deu certo. Os camponeses não tinham renda suficiente. Houve, até o final do sec. XVIII, 300 insurreições em 32 províncias. No período entre 1826 e 1861 (35 anos) houve 1.186 sublevações camponesas, com a média de 34 por ano.

Continua na próxima edição.

*\*Exposição no Seminário “Construção histórica da pedagogia socialista. O legado da revolução russa de 1917 e os desafios atuais”. Essa é 1ª parte de um texto que será concluída na próxima edição do Jornal Pastoral da Terra. \*\*Agrônomo e assessor da Via Campesina Brasil.*

## ARTIGO

# Dá para entender o que está acontecendo?

ANTÔNIO CANUTO\*

Todo mundo sabe que o ambiente político está pesado. Todos os dias têm novas denúncias que atingem até mesmo o presidente Temer e seus ministros, e muitos deputados e senadores. Não é de hoje que isto acontece. Quem manda mesmo no Brasil é o poder econômico, são os donos do dinheiro. Eles conseguiram que o Congresso votasse o impedimento da presidenta eleita, Dilma Rousseff. Agora querem a aprovação de leis que garantam seus lucros.

Eles não bancaram de graça a eleição de deputados e senadores. A CPT denunciou isso em nota no dia 14 de julho, quando Temer assinou a Lei da Regularização Fundiária e o Senado aprovava a Reforma Trabalhista. Até o próprio Delfim Neto, que foi ministro da fazenda no tempo da ditadura, diz, num artigo na Carta Capital de 19 de julho: “Todo o nosso sistema eleitoral foi montado para permitir a apropriação do poder político (o Legislativo e o Executivo), pelo poder econômico, através do financiamento por pessoas jurídicas”.

Para disfarçar os prejuízos que estas últimas leis aprovadas trazem para os trabalhadores, a conversa é de que as leis estão sendo modernizadas, o desemprego vai ser combatido. Vamos entender:

## Vale a pena grilar terras públicas

A MP 759/2016, sancionada pelo presidente Temer como Lei 13465/2017, se chama de Programa Nacional de Regularização Fundiária.

O governo diz que essa lei:

- vai permitir dar título de terra aos mais pobres,
- reparar injustiças históricas com pessoas que ocuparam a Amazônia, quando nos anos 1970 atenderam a convocação do governo federal.

O presidente Lula, em 2009, fez o mesmo. Ele assinou a Lei 11.592 que criou o Programa Terra Legal. Lei que foi criticada pela CPT e por movimentos sociais, porque permitia regularizar terras griladas. A nova lei agora veio ampliar e facilitar a legalização de terras griladas.

A lei diz que podem ser regularizadas:

- **Áreas de até 2.500 hectares** – a lei anterior permitia regularizar áreas de até 1.500.

- **Áreas que foram ocupadas até 2011** – a lei anterior permitia a regularização de áreas ocupadas até 2004.

E tem mais um prêmio para os grileiros. Quem grilou terras públicas pode comprá-las por até 50% do valor mínimo da tabela do Incra. Dá para esconder que quem ocupou terras públicas ganha um prêmio? Que a grilagem compensa?

## Titulo de terra aos assentados

A nova lei propõe dar títulos de terra aos assentados da Reforma Agrária. Coisa boa, não é? Será? O que a lei esconde é a facilitação da compra e venda de terras. O assentado com o título em mãos vai poder vender seu lote. Vai aumentar a pressão sobre as famílias para que vendam sua parcela. A concentração fundiária vai aumentar. Mais gente vai inchar as periferias das cidades.

## Municipalização

A nova lei diz que o município é que vai fazer a seleção das famílias a serem assentadas. Até agora era responsabilidade da União. Aí a gente já pode imaginar quem vai ser assentado. Não é aquele que mais lutou, nem aquela que está a mais tempo esperando um lote. Mas o amigo do prefeito, do vereador, do fazendeiro que ajudou a eleger o prefeito.

## Reforma Trabalhista = Desmonte dos Direitos do Trabalhador

No dia 13 de setembro, o presidente assinou a lei da reforma trabalhista que o congresso aprovou. A conversa é de que ela vai aumentar o emprego, facilitar a vida dos trabalhadores. Um grupo de advogados da Bahia estudou a reforma a fundo. Eles encontraram 120 pontos que trazem prejuízo para os trabalhadores. Por isso eles chamaram a



lei de REFORMA-DESMANCHE PRÓ-PATRÕES E CONTRA-TRABALHADORES. É muito pior do que o que se sabe dela até agora.

- Entre patrão e empregado, o que vai valer não é a lei, mas o que é combinado entre os dois.
- O sindicato, na maior parte das vezes, vai ficar de escanteio.
- A Justiça do Trabalho fica meio de lado. Não vale mais o que já foi decidido antes, a jurisprudência, para ajudar na decisão de caso novo.
- Se o empregado entrar na justiça contra o patrão e perder a causa, ele tem que pagar o que o patrão gastou com o processo, advogado, papelada, etc.
- A lei reconhece o trabalho intermitente. Quer dizer, a pessoa pode ser contratada por duas ou três horas de serviço e só vai receber por estas horas. No fim do mês pode receber menos que o salário mínimo.

A lista é tão comprida que cansa. O trabalhador que já valia pouco, agora é que não vale nada mesmo. Imagina só o que o desempregado que está precisando de emprego vai poder negociar. Ele só vai ter que aceitar o que o patrão quer, nada mais. A lei foi feita para agradar aos patrões. Ninguém viu algum patrão reclamar. Se eles gostaram é certeza que não vai ser boa para quem trabalha!

Quem ainda tentou no Senado segurar um pouco essa lei foram as mulheres, que ocuparam a mesa da presidência e lá ficaram por mais de seis horas. O pre-

sidente da casa, Eunício de Oliveira, desligou a luz e os microfones e elas ficaram lá. Queriam pelo menos que fosse mudada a regra que permitia que as mulheres grávidas ou lactantes, pudessem trabalhar em ambientes insalubres. Mas nem isso conseguiram.

## A coisa não para por aí

Cada dia novas medidas são anunciadas, novas portarias são baixadas, para beneficiar os que já têm muitos benefícios, e para comprar deputados para que votem a favor de Temer, evitando assim que ele seja julgado pelo STF.

Para agradar grileiros e posseiros que invadiram a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, para extrair madeira ou explorar garimpo, o presidente enviou ao Congresso projeto de lei propondo transformar 349 mil hectares da área em APA – Área de Proteção Ambiental. Na APA é permitida exploração, o que na Floresta não é.

Para satisfazer a numerosa e poderosa bancada ruralista, Temer em 19 de julho assinou um parecer da AGU, que diz que toda a administração federal só reconheça como terras indígenas, as que eram ocupadas em outubro de 1988. O famoso marco temporal, combatido por todas as organizações que se preocupam com a causa indígena.

Dá para esconder a favor de quem os poderes da república trabalham?

\*Colaborador do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

## ASSASSINATOS 2017

# Violência no campo não para de fazer vítimas

CRISTIANE PASSOS\*

Seguindo o modelo de 2016, quando 61 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo, maior número registrado em 13 anos e o dobro da média de casos registrados nos últimos 10 anos, conforme dados da CPT, 2017 mantém o ritmo e 52 pessoas já foram mortas até julho, no mesmo contexto. A instabilidade política trazida pelo golpe e as propostas reacionárias do governo ilegítimo de Michel Temer, propiciaram um cenário de “caça” aos pobres do campo.

No dia 5 de julho, o pescador e agricultor de vazante, Zé Menino, foi mais uma vítima dos inúmeros casos de violência no campo. Vaqueiros de fazenda próxima de onde os pescadores plantavam, iniciaram um tiroteio depois que Zé Menino e seu irmão foram expulsar o gado que estava invadindo a plantação deles. Há anos a área era usada por algumas famílias da comunidade de Boa Vista, município de Ilha Grande (PI), que plantam numa croa (ilha). O conflito, que já dura há cinco anos, teve outros episódios de violência. Um dos vaqueiros já havia, inclusive, posto fogo na plantação dos irmãos. Ultimamente o gado do fazendeiro vinha entrando no roçado dos pescadores, porque tinha se tornado uma prática comum dos funcionários da fazenda abrir o portão para o gado pastar fora. O vaqueiro, segundo informações, é conhecido por ter cometido outros assassinatos.

Os moradores da comunidade ainda fizeram um Boletim de Ocorrência em Araisos (MA), município onde aconteceu o conflito, mas até o momento a polícia civil não tomou nenhuma providência. Os vaqueiros continuam ameaçando as famílias da Boa Vista, proibindo-as de voltarem à área para colher a mandioca ou continuar plantando.

No dia 7 de julho, o agricultor Rosenilton Pereira de Almeida, de 44 anos, foi assassinado no município de Rio Maria, no sul do Pará. Rosenilton liderava um grupo de camponeses que voltou a ocupar a fazenda Santa Lúcia, local do massacre de Pau D'Arco, no Pará, ocorrido no fim de junho. Testemunhas disseram que dois homens

em uma moto o abordaram quando ele saía da igreja. De acordo com a CPT de Marabá, Rosenilton havia se afastado da fazenda naquela semana porque estaria sendo ameaçado.

No dia 13 de julho, um militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), José Raimundo Mota de Souza Junior, 38 anos, casado, filho caçula de uma família de dez irmãos, da comunidade quilombola Jiboia, município de Antonio Gonçalves, Bahia, foi assassinado. De

quilombola da sua comunidade.

Após o assassinato de “João Bigode”, da comunidade quilombola de Santana, também no município de Antônio Gonçalves, no dia 15 de abril do ano passado, Junior ficou um pouco afastado das atividades do movimento, se dedicando mais ao trabalho na roça e à luta da comunidade.

No dia 16 de julho, na região da Chapada Diamantina, o agricultor Lindomar Fernandes Martins, de 35

da porteira de entrada da casa. Manoel ainda tentou se esconder embaixo de uma cama, mas foi alvejado com vários tiros e morreu no local. O casal estava regularmente assentado pelo INCRA desde 09 de novembro de 2006 no Assentamento UXI.

Nos últimos anos Manoel compareceu por inúmeras vezes no INCRA, na Delegacia de Conflitos Agrários, na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, entre outros, para denunciar a aquisição ilegal de parcelas nas proximidades do seu lote, alteração de limites de sua parcela e ameaças. O INCRA, primeiro responsável pelo problema, foi incapaz, ao longo de todos esses anos, de solucionar o conflito e evitar as mortes.

## Prisões

13 policiais envolvidos no Massacre de Pau D'Arco, já foram presos temporariamente após a justiça acolher o pedido de prisão do Ministério Público do Pará. Um delegado e um investigador da polícia civil presos, deram detalhes que reforçam os indícios de que houve crime de execução na ação policial. Segundo a delação, os PM's cercaram os agricultores e os perseguiram pela mata fechada dentro da fazenda. Os policiais civis contaram que encontraram cadáveres no chão quando chegaram ao local do crime, além de pessoas feridas, algumas delas algemadas e ainda vivas.

“Não houve confronto. No decorrer das investigações e com a delação de dois policiais civis, nós concretizamos a hipótese inicial de execução, que foi materializada”, disse, durante coletiva de imprensa após as prisões, o promotor de justiça Alfredo Amorim, que coordena as investigações. “Quando os policiais civis chegaram ao local do crime, foram abordados pelos policiais militares, que diziam ‘E aí, delegado, como é que vai ser? Não pode sair ninguém vivo daqui’, num claro sinal de intimidação. A intimidação era para que os policiais civis aderissem aos crimes ou poderiam se tornar vítimas também”, afirmou o promotor Amorim.



Ilustração: Latuff

acordo com familiares, enquanto Junior trabalhava na roça junto com um dos seus irmãos e sobrinhos, que se encontravam mais distantes, o grupo foi surpreendido por um carro preto com quatro homens armados que já desceram atirando em Junior. Ele teve a cabeça esmagada e foi atingido por mais de dez tiros, enquanto seu irmão foi agredido com socos, obrigado a se deitar no chão, foi pisoteado na cabeça, sob ameaça de também ser morto caso se movesse. Junior compunha a coordenação estadual do MPA na Bahia, participou do Curso de Formação Liderar e de Juristas Leigos, contribuindo há anos com a luta pela regularização do território

anos, foi assassinado após ter a casa invadida, no Território Quilombola de Iúna, situado no município de Lençóis, Bahia.

Na noite de 25 de julho, dia do trabalhador e da trabalhadora rural, foi brutalmente assassinado no Projeto de Assentamento UXI, localizado no município de Itupiranga, no Pará, o casal de idosos: Manoel Índio Arruda (82 anos) e Maria da Lurdes Fernandes Silva (60 anos). Durante a noite, os vizinhos do casal ouviram inúmeros disparos de armas de fogo na residência das vítimas. Pela manhã, o corpo de Maria de Lurdes foi encontrado na área de entrada da casa, atingido por vários tiros. Ela ainda segurava nas mãos o cadeado

# Indígenas, camponeses e m Festival de Cinema na

*Tradicional Festival realizado na terra onde Dom Tomás Balduino foi bispo por m  
anseios, culturas e modos de vida. O filme Martírio, de Vincent C*

CRISTIANE PASSOS E  
ELVIS MARQUES\*

A 19ª edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) ocorreu entre os dias 20 e 25 de junho na Cidade de Goiás (GO), com destaque para dois importantes espaços ocupados por indígenas, movimentos sociais e camponeses e camponesas, o Fórum Ambiental e a II Tenda Multiétnica – Povos do Cerrado. O tema que norteou o evento foi “Cidades Sustentáveis – Os desafios do século XXI”, entretanto, na Tenda e no Fórum as discussões extrapolaram esse tema, e debateram agroecologia, defesa de territórios tradicionais, violência e resistência no campo, criminalização das lutas sociais, bem como saúde e meio ambiente, agrotóxicos, entre outros.

Frei Paulo Cantanheide, diretor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina, destacou que “não tem como realizar um evento dessa natureza, sobre meio ambiente, sem trazer e ouvir esses povos que sempre conviveram em harmonia com o meio ambiente e que resistiram a esse processo hegemônico do capital. Estamos vivendo novamente um período de massacres de trabalhadores rurais e de violência contra os povos indígenas. Precisamos desta experiência de troca de saberes rumo a uma sociedade mais justa, mais fraterna”.

Do início das manhãs ao fim das noites, a Tenda Multiétnica contou sempre com intensa programação. No Pátio do Convento do Rosário, sob um pé de tamarindo, o Fórum Ambiental era responsável por abrir as discussões do dia. “O FICA tem como um dos elementos estruturantes o Fórum Ambiental. Esta temática [Cidades Sustentáveis] nasce dos impactos causados por grandes empreendimentos e por um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente insustentável”, desta-

cou Murilo Mendonça, professor da UEG e um dos organizadores das atividades.

Confira um pouco das discussões que permearam a Tenda e o Fórum:

## Fórum de Meio Ambiente

A mesa de abertura do Fórum Ambiental, no dia 21 de junho, teve início com rituais de indígenas das etnias Xavante e Tapirapé. Após a apresentação, Dom Eugênio Rixen, bispo da Diocese de Goiás, homenageou o sociólogo François Houtart, conhecido por sua atuação junto aos movimentos populares e que faleceu no dia 06 de junho. A presença de Houtart no Festival já estava confirmada. “Sabemos que ele era um grande sociólogo preocupado com a Justiça no mundo, não só na América Latina, e que deu sua vida para a defesa do meio ambiente”, afirmou Rixen.



Foto: Joka Madruga

**Luta quilombola** – Fátima Barros, quilombola da Ilha de São Vicente (TO) e integrante da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ), falou para uma plateia com muitos estudantes da Cidade de Goiás, sobre a invisibilização da história de luta dos negros no Brasil. “A nossa história é de luta e também em memória de todos aqueles que se foram. Em memória daqueles que tombaram na luta. Em memória dos que foram traficados. Aqueles que foram invisibilizados pela história. Aqueles que o livro didático não deu conta de mostrá-los. Porque tivemos uma

educação que não nos reconheceu”, pontuou.

**Impacto dos grandes empreendimentos** – Joka Madruga, repórter fotográfico e diretor do site Terra Sem Males, exibiu imagens de grandes empreendimentos e do rastro de destruição ambiental, social e cultural que eles deixam pelo caminho. “São minhas experiências ao ver pessoas que são impactadas diretamente pelos grandes empreendimentos, em nome de um progresso, em nome do capitalismo, para gerar lucro, riquezas, e não em benefício do povo”, destacou. Com o Projeto “Águas para a Vida”, Joka retratou os atingidos por barragens na Amazônia, a partir da perspectiva de desrespeito dos direitos dessas comunidades e da destinação da energia gerada.

**O veneno está em todo lugar** – Fernando Cabaleiro, da organização argentina Naturaleza de Derechos, apresentou dados sobre a produção de transgênicos e o uso de agrotóxicos em seu país, realidade não destoante da brasileira. “Existe muita pulverização próximo às comunidades, envenenando elas, a terra e as águas. Muitas escolas rurais, no meio do campo, ficam expostas às fumigações”, disse. Com o tempo, conforme o pesquisador, comunidades argentinas começaram a perceber que havia muitas crianças com câncer e outras graves enfermidades, a partir daí teve início a intensa luta dessas comunidades contra a fumigação de venenos.

**#NãoFoiAcidente** – Com 36 imagens capturadas pelas lentes de Joka Madruga, a exposição fotográfica “Não foi acidente, é a lama que mata” compôs a Tenda Multiétnica. Em 2016, com o projeto documental intitulado “Lama que mata”, ele e Thomas Bauer, agente da CPT na Bahia, percorreram o rastro da lama ao longo da Bacia do Rio Doce, passando por vários municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. “As imagens mostram o drama das vítimas do maior crime ambiental do Brasil, que aconteceu no Rio Doce em novembro de 2015, quando uma

barragem de resíduos da Mineradora Samarco S.A, empresa da Vale e BHP Billiton, rompeu em Mariana [MG], matando mais de uma dezena de pessoas e causando enormes prejuízos ao meio ambiente e à população local”, explicou Joka.

## II Tenda Multiétnica – Povos do Cerrado

**Indígenas** – No dia 21 de junho, em Roda de Conversa com o tema “Resistência e Territorialidade indígena no Brasil”, indígenas ressaltaram suas lutas pela garantia de seus territórios e, também, a violência que têm sofrido ao resistirem à imposição do modelo capitalista de produção no campo. “Nesses 500 anos não conseguiram nos derrotar, agora que não vão conseguir. Apesar do momento difícil que estamos vivendo com esse governo provisório, vamos continuar resistindo”, analisou Anastácio Peralta, liderança Guarani Kaiowá, do MS.

Indígenas Akroá Gamella falaram sobre o processo de retomada de seus territórios e a tentativa de massacre que sofreram em Viana (MA). “Em 2010, o povo Gamella começou a se organizar novamente. Em 2014, iniciamos a retomada de nossos territórios. A partir daí passamos a ser mais perseguidos e a sofrer mais violência”, contou Dilma Gamella. Neste ano, no dia 30 de abril, os Gamella foram atacados por populares insuflados por ruralistas e políticos. A ação violenta resul-

Foto: Joka Madruga



## DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL

# Movimentos sociais ocupam Cidade de Goiás (GO)

*Após mais de três décadas, foi ocupado por povos do campo, que apresentaram suas lutas, o Centro Cultural de Goiás. Carelli, sobre os Guarani Kaiowá, foi o grande campeão do 19º FICA.*

Foto: Thomas Bauer



tou em 22 feridos, sendo que dois tiveram as mãos decepadas. Para Inaldo Gamella, “a maior violência que vivemos é a negação do direito de existir. A violência física que chega ao extremo de matar é consequência disso”. O indígena destacou que a resistência “é um sentimento de energia ancestral que nos faz continuar”.

**Resistência Camponesa** – Já na noite do dia 22, a Tenda reuniu representantes de movimentos sociais para debater a resistência camponesa, e a luta dessas comunidades para manter-se e produzir de forma autônoma na terra. Antônio Canuto, membro fundador da CPT, mediou a mesa de debates e fez um resgate histórico da Cidade de Goiás, “que traz em cada pedra de seu calçamento o suor dos negros escravizados”. Canuto se manifestou ainda sobre a grave situação de violência no campo, marcado por sucessivos massacres.

Valdir Misnerovicz, da direção nacional do MST, falou sobre a criminalização da luta social, que tem colocado na cadeia militantes dos movimentos sociais, como aconteceu com ele e com outros companheiros do MST. Ele analisou, ainda, a importância desse momento que vivemos. “Nós vivemos, sem dúvida nenhuma, a maior crise conjuntural civilizatória da humanidade. É uma crise mundial e sistêmica, é o modo de produção capitalista que está entrando em colapso, e não tem solução dentro desse modo de produção capitalista. Mas nós teremos a oportunidade de ajudar a enterrar esse sistema e ajudar a criar outro. Os camponeses são uma fração importante da sociedade, uma fração con-

siderada hoje minoria, mas ainda sim somos muitos e muitas. Somos 40% da população brasileira”.

**Educação** – Representantes de etnias indígenas e de movimentos sociais se reuniram, no dia seguinte, 23 de junho, com objetivo de debater uma “Educação Multiétnica”. Em sua fala inicial, Rosana Fernandes, representante da Via Campesina, enfatizou que o MST, desde a sua origem, tem grande preocupação com a questão das escolas nos assentamentos e acampamentos. “Para os movimentos

sociais da Via Campesina, a centralidade é a nossa luta por terra e território, mas além da conquista da terra, nós também compreendemos que a reforma agrária é um processo que demanda outros direitos que historicamente foram negados aos trabalhadores. E os camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos sofrem consequências muito grandes por conta dessas negações de direitos. E, nesse caso, especificamente citamos o direito à educação”.

Para Arruá Karajá, ser professor é não trabalhar para si mesmo, e sim estar à disposição das crianças e do ensino. “Sempre falo que por eu nascer karajá, não fui eu que escolhi, mas para ser professor, fui eu que escolhi. Porque eu sou professor? É porque nós estamos trabalhando pelo desenvolvimento da educação de uma criança dentro de sua comunidade, independentemente de onde ela vive”, explica.

**Dira Paes** – A atriz e militante do Movimento Humanos Direitos (MHuD), Dirá Paes, esteve na tarde de sábado, 24 de junho, na Tenda Multiétnica, onde participou de roda de conversa. Ela acabou de chegar de seu estado, o Pará, onde, juntamente com representantes de movimentos sociais, participou de eventos para debater a violência no campo. Na conversa com os/as presentes na Tenda, ela manifestou “total apoio às lutas dos povos do campo” e contou que desde cedo “acompanha muito de perto todas as atrocidades que acontecem no campo, principalmente em um estado tão rico de recursos naturais, minerais, ambientais, e hídricos como o Pará”.

## Mesa final e Carta

Na noite de sábado, 24 de junho, a mesa “Impactos e conflitos socioambientais pela água” encerrou as atividades da II Tenda Multiétnica, quando também foi lida a Carta Final da Tenda. Paulo César Moreira, membro da coordenação nacional da CPT e representante da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, foi responsável por analisar dados sobre conflitos no campo relacionados ao bioma Cerrado. Segundo o coordenador, um dos principais elementos responsáveis pelos conflitos nessa região é a monocultura. “A soja que se consolidava no sul do País, passa a migrar para o Cerrado. Junto a esses conflitos vemos que a conjuntura política é de grandes conglomerados econômicos, aliados às bancadas políticas, voltados para o agronegócio e também para a grande mídia. Todas as categorias de conflitos que a CPT registra aumentaram de 2015 para 2016”.

Neste sentido, Moema Miranda, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), trouxe um questionamento: Qual o real significado de desenvolvimento? Para ela “desenvolvido é não ser envolvido, não ser conectado em algo. Ao comprar um produto, portanto, não estamos envolvidos na história que

aquele produto tem, da matéria prima utilizada, do trabalho empreendido e de todas as mazelas que aquele produto traz consigo para a sociedade. Por isso nos confundimos com as coisas que compramos. Nosso planeta é limitado e o crescimento ilimitado não funciona. É o suicídio da própria sociedade humana. O desenvolvimento além de ecocida, é suicida”.

**“A maior violência é a negação do nosso direito de existir”** – Em Carta Final da Tenda Multiétnica, povos tradicionais, indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, reafirmaram “o nosso direito de existir, de manter nossa cultura, nosso modo de produção em sintonia com a natureza, e por nossas terras e territórios livres. Mais uma vez denunciamos as constantes ações de violência contra nossos povos e contra nossos territórios, contra o meio ambiente, atuando na destruição do Cerrado, nossa casa. E reafirmamos que, mesmo diante dessa violência, vamos permanecer na luta, junto aos nossos encantados, carregando os saberes de nossos antepassados, e a memória de nossos mártires, que não tombaram em vão!”.

## Seu churrasco tem soja?

É no penúltimo dia do FICA, 24 de junho, o documentário “Seu churrasco tem soja?” foi lançado durante a Mostra da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que também compôs a programação do 19º FICA. Produzido por Thomas Bauer, agente da CPT na Bahia, a produção conta com o apoio da Pastoral da Terra, Welthaus Graz, e da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. “O filme nasceu a partir da

necessidade de mostrar uma realidade muitas vezes desconhecida. Neste caso, principalmente na região onde a soja avança desenfreadamente, contribuindo para que o Brasil hoje seja campeão em uso de agrotóxicos, e deixando um rastro de destruição para trás”, destacou Thomas.

**Assista:** O documentário está disponível no site da CPT e no YouTube.

# BEM VIVER – saberes sabidos

*“Que outro é o desafio da Educação Popular, senão o de reverter, no mistério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder?” - Carlos Rodrigues Brandão*

O Bem Viver é uma oportunidade para imaginar “outros mundos” (Alberto Acosta), animada por vivências, práticas e relações que não foram devoradas ou dominadas pelo Estado, o Mercado nem a Modernidade. Não se trata de um regresso a um “paraíso harmônico”, uma comunidade idealizada ou uma “comunidade imaginada”, mas o resgate de elementos pré-capitalistas que sobrevivem aos Estados-nação modernos, de outras relações com o lugar, a natureza e a comunidade.

*“A submissão de povos indígenas, de afrodescendentes, de nossa gente do povo aos poderes senhoriais, os poderes, não só econômicos, mas também políticos e também da mídia, nunca se realizou completamente, não se realizou com os escravos, não se realizou com nossos povos indígenas, não se realiza com a nossa gente do campo, com a nossa gente migrada para a cidade. Existe tanto no que é sagrado, como no que é profano, aquilo que é religioso, como aquilo que é apenas festa e alegria, um desejo, uma libido, uma vontade, uma vocação de continuar pondo na rua, fazendo existir aquilo que é próprio, aquilo que é deles, aquilo que traduz a nossa maneira de ser”.* (Carlos Rodrigues Brandão)

Perguntar pelo “Bem Viver por nós mesmos” nos coloca em diálogo com os “outros mundos”, recriados nos processos latino-americanos e exige respostas nossas – do que chamamos Brasil. Reconhecemos nas comunidades tradicionais, camponesas e indígenas “outros mundos” vividos, fruto de luta e resistência que nos oferecem vivências, práticas e relações vitais para o exercício político e de espiritualidade de recriar um projeto popular para o Brasil, com o reconhecimento de uma cidadania dotada de direitos (coletivos e não apenas individuais), com valores comunitários e verdadeiramente democráticos e reconhecendo a dimensão da cidadania ambiental.

O sistema econômico em que estamos imersos impõe sérias limitações para a construção integral dos direitos dos povos e da natureza, a partir de uma lógica racional e individualista, que prioriza a propriedade privada. A par-



Foto: João Zinclar

tir disso, a preocupação ambiental, com a vida do planeta, a terra, a água, como também a afirmação das mulheres na sociedade, é colocada em cheque frente ao que o mito do “desenvolvimento” tem ensinado, relegando ao passado um arcabouço milenar de experiências, modos de vidas, construções teóricas e práticas que revelam uma profunda relação com a Mãe terra, com as energias do universo e com Deus.

**“O BEM VIVER POR NÓS MESMOS: passando por dentro dos Saberes Populares”** foi o tema do Dia Nacional de Formação da CPT (junho 2017) e vai ser o tema da Semana Nacional de Formação (outubro 2017). A escolha da ligação entre os dois momentos do ano e do tema teve como objetivo estabelecer um diálogo entre os saberes populares brasileiros e o Sumak Kawsay (viver em plenitude, em língua Quíchua ou Quéchua), considerando-se que o imaginário popular, que combinou toda a densidade das cosmovisões indígena, negra e europeia, já nos deixou como herança um amplo repertório de saberes, especialmente os expressos em mitos, lendas, festas, ditados, crenças, danças e cantigas, enfim, representações suficientes sobre como viver bem com os outros, com a terra, com o sol, com a lua, com

as águas, com as plantas, com os animais e com os encantados.

O Dia Nacional de Formação da CPT, atividade já consolidada em todos os setores, organismos e lugares da entidade, foi desenvolvido em 2017 fazendo uma ligação ou antecipação do Encontro Nacional de Formação, buscando fazer emergir em toda a comunidade “cepetiana” a consciência do Bem Viver.

O pressuposto é que os princípios da elaboração andina sobre o Sumak Kawsay podem ser fartamente lidos e relidos em nossas manifestações populares de cultura, especialmente em nossos mitos, lendas, festas, ditados, crenças, danças e cantares. Um exemplo desta possibilidade de leitura é a lenda do Mapinguari, presente em toda a região amazônica, com ocorrência destacada no estado de Rondônia.

*Mapinguari. Um ser monstruoso, mistura de gente, macaco e lobisomem, que vive nas matas densas e seu esporte predileto é comer caçadores, mastigando-os a começar pela cabeça. Quem sai para caçar aos domingos, dias santos e feriados, então, sem chance! Leitura: a floresta tem suas regras, os bichos têm direito à vida e à reprodução e o trabalho tem o contraponto dos dias de descanso, que servem também para a meditação, para a contemplação, para o desenvolvimento do espírito. Na*

*maioria das narrativas populares, o Mapinguari se originou de antigos indígenas, que se transformaram no monstro para se dedicarem à proteção da floresta.*

Os saberes sabidos de movimentos indígenas, negros, camponeses, de jovens, mulheres de povos tradicionais reivindicam seu próprio caminho para libertação da exploração e da destruição que o projeto político e econômico capitalista impõe sobre os povos e a natureza. As propostas de soberania alimentar e energética – por exemplo – apontam para alternativas econômicas de convivência com a natureza, diálogo com as ciências e um novo imaginário político e cultura de território, autonomia e direitos culturais e da natureza, a partir desses saberes sabidos e alternativas de Bem Viver.

O Bem Viver ou Sumak Kawsay alimentado pelo pensamento, visões de mundo e práticas dos povos indígenas e tradicionais, se apresenta como uma alternativa não apenas para estes grupos, mas como vivência e relações de resistência que podem contribuir na construção/reinvenção de um projeto popular para o Brasil, sem ser cópia ou subordinado pelo espelho ocidental-colonial e urbano.

O popular é assim expressão de modos de vida anti-sistêmicos em resistência, mas também uma metodologia que busca expressar um mundo em mudança, propondo saídas para as situações de miséria vividas pelo povo. Esta valorização do tradicional e do popular exige iniciativas e articulações políticas que dialoguem – com autonomia, originalidade e participação – com outras vozes e práticas de um novo tecido social do Bem Comum e do Bem Viver. E aqui a CPT encontra e reafirma a sua missão: *“reafirmamos nosso compromisso com a missão pastoral e ecumênica, solidária e inclusiva, educativa e transformadora... Esse processo pedagógico constitui-se como práxis, no esforço de sistematização das experiências, respeitando, na sua diversidade, as motivações e o imaginário popular, os valores éticos e a fé do povo”* (Concepção de Formação da CPT).

Compartilhamos aqui algumas das experiências dos regionais no Dia Nacional de Formação e que vão se jun-

# os da palavra e o seu poder\*

tar a outras experiências para nosso momento de estudo, aprofundamento teológico e da dimensão da espiritualidade.

## “Bem Viver por nós mesmos”

### 1- APADRINHAMENTO DE FOGUEIRA (CPT Nordeste 2)

A festa mais esperada do ano pelas nossas bandas é o São João, tempo de festejar a colheita, de partilhar as comidas de milho com muito forró e dança de quadrilhas juninas, e de tomar vizinhas/vizinhos, conhecidas/conhecidos e irmãos/irmãos por madrinha/padrinho, cumadre/cumpadre. No dia 23, véspera do dia de São João, as pessoas se tornam “parentes”, ou ainda estreitam seus laços para além do cosanguíneo, no caso de irmãos e irmãs que se tornam cumadre e cumpadre. As pessoas esperam as chamas da fogueira reduzirem, deixando só as brasas, e para firmar o compromisso devem pular 3 vezes a fogueira ou no caso das crianças é retirado um “pau da fogueira”, isto repetindo o dito:

“São João disse, São Pedro confirmou,  
Você vai ser meu/minha, afilhado/  
afilhada

Madrinha/padrinho que Jesus Cristo  
mandou” (Curimataú) - Cuité – PB

Santo Antonio disse, São Pedro  
confirmou  
Você vai ser meu/minha, afilhado/  
afilhada  
Madrinha/padrinho que São João  
mandou”  
(Agreste) - Juarez Távora-PB e  
(Sertão) - Itaporanga-PB

Sítio Lucas e bairros da periferia –  
Campina Grande-PB

**Leitura:** “O apadrinhamento ou compadrio é uma instituição de convívio social inquebrantável, maior muitas vezes que os próprios laços de sangue.” - dita por muitos e afirmadas por senhoras madrinhas nas comunidades. As madrinhas/padrinhos são como aquelas e aqueles que vêm “nos valer” nas horas difíceis. Nas fogueiras as famílias são ampliadas e toda a comunidade está unida pelo “laço sagrado” adquirido na fogueira, crianças e adultos escolhem

suas protetoras (maioria são de madrinhas) ou protetores, recurso utilizado para que as pessoas cuidem-se umas das outras. Em tempos de fome nos sertões é muito comum as madrinhas assumirem a alimentação dos afilhados, diminuindo a preocupação dos pais, assim também



Foto: João Zinclar

é, se a mãe precisa trabalhar fora e não tiver suporte de creches. Dos “saberes já sabidos” construídos pelas comunidades rurais e das periferias, esta é uma forma de manter as vidas a partir de estratégias próprias quando lhe falta o Estado, mais ausente no campo e nas periferias.

### 2 - UM POTE, UM TACHO E UMA ENXADA (SECRETARIA NACIONAL DA CPT):

“Tudo que nós precisávamos era um pote, um tacho e uma enxada, essa era nossa mudança, isso facilita a vida minha filha... não ter muito o que carregar...(risos). No pote colocamos água para beber, com o tacho fazemos doce e sabão para vender, a enxada faz a plantação para comer. Nos lugares onde andei não tinha casa, então a primeira morada foi sempre uma boa árvore que Deus sempre deixava nos esperando... Onde chegávamos com a enxada fazíamos a cisterna para ter água, maior riqueza da vida; da terra fazíamos o adobe para construir a casa, o teto era de palha, e a madeira que fazia o telhado, a cama, os bancos, o caixão, estava tudo ao redor, seu avô trazia o facão e aprendeu a ser carpinteiro... Minha avó contou muito da sua vivência de mulher pobre, e da independência financeira que tinha, muito diferente da mulher que casou com homem rico...um dia meu pai

perguntou sobre as novas descobertas do século XX, qual na visão dela seria a mais importante para a humanidade: a geladeira, a televisão, o telefone? Ao que ela respondeu: a pílula anticoncepcional. Minha avó teve 15 filhos. Eu sou Cássia, e essa era minha avó Maria José dos Santos”.

### 3 - BENZEÇÃO E RAIZEIROS (CPT MG)

Aconteceu um batuque do grupo de mulheres da comunidade Mutuca de Cima e uma roda para jogar versos, que foi juntando memórias do lugar e de onde saíram várias histórias de bem viver. Foram propostos dois momentos: um de benzeção e outro de raizeiros(as), o povo foi fazendo fila para receber a benção e a saúde dos xaropes e chás. Com tanto problema e falta de saúde, a sabedoria de rezadoras/es e benzedeiros é muito importante para as comunidades não ficarem dependentes de serviços de saúde que vem de fora, mas de recordar e valorizar os conhecimentos

#### Xarope (Bronquite)

**Ingredientes:** 7 folhas eucalipto; 1 maço de manjericão; 1 maço de capim-da-lapa; 1 maço de erva-cidreira; 1 maço de alfavaca; 1 maço de hortelã; 1 maço de anador em folha ; ¾ de mel de abelha; 4 maçã; 1 abacaxi

#### Modo de preparo:

Higienizar todos os produtos; Bater em liquidificador todos os ingredientes; Coar em um pano fino; Levar ao fogo de 15 a 20 minutos até ficar consistente; Depois de pronto esfriar; Colocar em um recipiente fechado.

#### Modo de uso:

Tomar três colheres de chá 3 vezes ao dia.

#### Benzimento de quebranto

Usar três galhos de qualquer árvore; Pai Nosso e Ave Maria; Quebranto ou mal olhado. Com dois que ‘ti pôs. Com três ‘ti tira Com o poder de Deus e da Virgem Maria. Amém.

#### Cobreiro

Inicia na fornalha com uma faca invocando a Santíssima Trindade e uma Ave Maria. Rezar: *Lorença , infância , buriti, passei, a cabeça do cabo do bicho cortei e matei.* Ave Maria Oferecimento: Ofereço na intenção do senhor São Bento. Amém (Repete o procedimento da oração 03 vezes)

\*Comissão Nacional de Formação.

## AÇÕES DOS POVOS

## Somos feitos do sagrado!

CAIO MOTA\*

A mobilização do povo Munduruku teve início há dois meses – em meados de maio – e se encerrou no dia 21 de julho. Pautada pelas mulheres, que iniciaram as movimentações na aldeia Santa Cruz, quando reuniu lideranças, caciques, pajés e crianças para reivindicar, entre outras coisas, o respeito aos locais sagrados dos Munduruku e aos direitos indígenas que vem sendo violados pelas construções de Usinas Hidrelétricas na bacia do Tapajós.

Na sequência das mobilizações na aldeia, cerca de 200 indígenas ocuparam por quatro dias o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de São Manoel, no Rio Teles Pires, divisa entre Pará e Mato Grosso. Na noite do dia 19 de julho, após uma reunião de mais de 7 horas com a FUNAI, Ministério Público Federal (MPF) e representantes das empresas responsáveis pelas UHE São Manoel e Teles Pires, as mu-

lheres, crianças, caciques, lideranças e pajés decidiram encerrar a ocupação e seguir a mobilização na cidade de Alta Floresta (MT), onde as urnas funerárias dos seus ancestrais estão guardadas.

Os indígenas realizaram um ritual para poder entrar no Museu de História Natural da cidade, para onde as urnas foram levadas em fevereiro de 2017. Foram horas de cantos e rituais até que os indígenas começaram a entrar. Segundo os Munduruku, os espíritos estão irritados e tristes por terem sido

tirados de seus locais sagrados como consequência da inundaçã da cachoeira de 'Sete Quedas' pelo reservatório da UHE Teles Pires, localizada a aproximadamente 40 km rio acima da barragem de São Manoel.

Há anos os indígenas reivindicam que seus objetos sagrados, retirados sem permissão pela Companhia Hidrelétrica de Teles Pires (CHTP), em 2014, sejam devolvidos ao povo Munduruku. A Procuradoria da República em Mato Grosso, em 2015, recomendou

que as urnas deveriam ser mantidas pela CHTP até que as lideranças indígenas junto à FUNAI e do IPHAN definam um local para elas serem guardadas.

## Compromissos assumidos

Como resultado da reunião do dia 19 de julho, os representantes da FUNAI, MPF e representantes de empresas res-

ponsáveis pela UHE Teles Pires e São Manoel firmaram uma série de compromissos, baseados na carta apresentada pelo povo Munduruku no início da ocupação. Ao final do documento, os indígenas lembram que se os acordos não forem cumpridos, eles voltarão:

- Prosseguimento e conclusão de procedimentos de demarcação das Terras Indígenas Sawre Muybu, Pontal dos Isolados, Sawre Jaybu e Sawre Apompu;

- Concepção de projetos para proteção da memória e cultura Munduruku, além de visita às urnas funerárias e apoio para definição do local sagrado onde elas serão guardadas e posterior restituição ao povo Munduruku;

- Realização de consulta livre, prévia e informada, de acordo com o protocolo Munduruku, para construção de qualquer obra do governo que impacta direta ou indiretamente os povos indígenas.

\*Fórum Teles Pires e Centro Popular de Audiovisual



Foto: Juliana Pesqueira

## “Afirmamos que a resistência é condição para nossa existência”

ELVIS MARQUES\*

O título desta matéria vem da Carta às Comunidades, documento produzido com base nas intensas discussões que permearam o Encontro das Comunidades do Cerrado, realizado entre os dias 28 e 30 de julho na Escola Família Agrícola Padre André (EFAPA), situada no município de Correntina, nos Gerais/Cerrado do oeste baiano. A região onde foi realizado este encontro diz muito sobre como foram esses dias. A escola – reducto de lutas e encontros do povo do campo, e local onde surgiu, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região – está localizada em meio a comunidades geraizeiras e de fundo e fecho de pasto.

“A região [onde ocorreu o encontro] sofre com um processo assustador de devastação do Cerrado. Mas, ao mesmo tempo, existem muitas experiências de lutas e resistências das comunidades tradicionais”, contextualiza Abeltânia Santos, agente da CPT na Bahia. Neste local, geraizeiros, qui-

lombolas, assentados, indígenas, posseiros, fundo e fecho de pasto, trabalhadores rurais, vazanteiros, veredeiros, atingidos por barragens, agentes da CPT, e alunos da EFAPA, debateram, a partir de suas vivências, “a identidade das comunidades e a resistência do Cerrado”. Estiveram presentes cerca de 80 pessoas vindas dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí e da Bahia.

“Auto-organização” com certeza foi um dos temas que marcaram o Encontro. Num contexto de acirramento dos conflitos no campo e de desmonte dos direitos do povo brasileiro, muitas das experiências relatadas pelas comunidades apontavam para essa forma de organização. Aliene Barbosa, por exemplo, falou sobre o processo organizativo de sua comunidade de fundo e fecho de pasto “que hoje vive relativamente bem graças à organização interna, e que tem se mobilizado para ajudar comunidades mais



Foto: Thomas Bauer

fragilizadas”. Assessor do encontro, Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), ao falar sobre experiências de auto-organização trouxe o exemplo dos indígenas Munduruku, que elaboraram o Protocolo Munduruku – documento com normas para consultas sobre projetos que afetem a etnia e seus Territórios.

Confira abaixo alguns dos principais pontos da Carta às Comunidades:

- Construir autonomia, fortalecer a autogestão/autogoverno nos territó-

rios e demarcar nossas próprias terras. Produzir nossos alimentos agroecológicos, garantindo a soberania alimentar do nosso povo;

- A luta é de todos nós. Vamos nos juntar, articular as forças para garantir o território e a água livres, contra a concentração e a violência do agronegócio;

- Nesta luta não vamos sozinhos, temos as parcerias de outros movimentos e organizações, pois o inimigo maior neste momento é o ilegítimo governo Temer e sua submissão às grandes empresas nacionais e internacionais, que esta desmontando a Constituição brasileira e retirando os direitos de todo o povo;

- Devemos ocupar os espaços públicos, fortalecer o trabalho de base, investir na comunicação, estabelecer um dia de luta conjunta em Defesa do Cerrado.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT



## Caso de Ayotzinapa completa três anos com desaparecimento de 43 estudantes mexicanos



Foto: EFE

No ano de 1968, protestos estudantis percorreram o mundo contra diversas situações de repressão. No dia 2 de outubro deste ano, a Cidade do México registrou o massacre de Tlatelolco, com incontáveis mortes. Mais de 40 anos depois, a história se repetiu com estudantes da Escola Rural Normal de Ayotzinapa, em Iguala, estado de Guerrero.

No dia 26 de setembro de 2014, enquanto retornavam de atividades para arrecadação de recursos com a finalidade de viajarem para a Cidade do México para participarem de manifestações em memória do massacre de Tlatelolco, os estudantes foram abordados pela polícia municipal. Somaram 43 desaparecidos, dois mortos e várias pessoas feridas.

O caso de Ayotzinapa, que completa três anos, foi considerado uma das mais graves violações dos direitos humanos no México. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) criticaram o acontecimento. Apesar disso, segundo o canal TeleSUR, desde o desaparecimento dos estudantes, o governo mexicano tem silenciado o caso, impedindo a investigação dos órgãos internacionais. Recentemente, a Organização dos Estados Americanos (OEA), rechaçou a proposta de incluir o assunto na pauta de sua Assembleia Geral.

## Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela registra 8 milhões de votantes

No dia 30 de julho de 2017, o governo do presidente Nicolás Maduro conseguiu mobilizar 8.089.320 venezuelanos e venezuelanas (41,53% do eleitorado nacional) para votar voluntariamente e escolher os candidatos que irão compor a Assembleia Nacional Constituinte.

Opositores ao governo de Maduro e à proposta da Constituinte se manifestaram e as ações de conflito provocaram violência e 19 mortes no dia, segundo a imprensa venezuelana. O Ministério Público investigará os casos, mas reconheceu oito mortes.

Poucos dias antes das eleições constituintes, que já acumulavam meses de disputa política e protestos de rua, a porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Hu-

manos, Liz Throussel, havia declarado que deveria ser respeitada a intenção dos venezuelanos de participarem ou não das eleições, o que envolveria a proteção aos eleitores e a manifestação pacífica por parte da oposição.

Ao todo o pleito visava a eleição dos 545 deputados e deputadas constituintes com o intuito de redigirem uma nova Constituição no país.

Foto: Tele Sur



Foto: MST

## MST desenvolve ações de solidariedade ao povo venezuelano

Desde 2005, os militantes do MST, organizados através da Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho, vem desenvolvendo um trabalho de formação e produção junto a camponeses e organizações populares da Venezuela. Em 2013, a brigada foi convidada pelo Ministério da Agricultura para desenvolver um projeto de produção de hortaliças na Unidade de Produção Social Agrícola (UPSA) Caquetíos, localizada no estado de Lara, no oeste do país.

Mas foi antes, a partir de 2002, que o MST iniciou seu debate interno sobre a criação de brigadas de solidariedade, que pudessem estabelecer uma relação política com as organizações populares e os governos progressistas dos mais diversos países, principalmente na América Latina. Hoje, existem brigadas espalhadas pelo mundo afora, como em países da África e na Palestina.

De lá pra cá, a Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho tem desenvolvido uma série de atividades, que vão desde a formação à produção agrícola. Atualmente, nove pessoas compõem a Brigada Apolônio de Carvalho, que também é responsável pelo acompanhamento de 49 estudantes brasileiros que estudam medicina na Universidade Latino-americana de Medicina (Elam), localizada em Mariche, na capital venezuelana, além do desenvolvimento de articulações políticas e da comercialização solidária de alimentos produzidos pelas cooperativas do MST no Brasil.

Mas o processo de aprendizado e amadurecimento da militância é uma via de mão dupla, pois o trabalho internacionalista tem possibilitado um grande salto qualitativo para os militantes, bem como para a organização Sem Terra. (Fonte: MST)

## V Jornada Comunicação e Democracia para comunicadores indígenas

**AGOSTO 9, 10 y 11 8:00am**

**V JORNADA DE COMUNICACIÓN Y DEMOCRACIA**

**MESAS TEMÁTICAS**

- Medios y poder: Derecho a la Comunicación
- Transparencia y Vigilancia desde ciudadanía y medios de comunicación
- Hábitad, Bosques y Buen Vivir
- Trabajo forzoso

**TALLERES SIMULTÁNEOS**

- Derechos Digitales
- Producción radial
- Periodismo de investigación
- Comunicación política asertiva
- Identidad e interculturalidad
- Redacción

Organizan:

Com o objetivo de propiciar que os comunicadores e comunicadoras indígenas sejam promotores da agenda social estratégica de suas regiões e localidades, a Escuela Itinerante de Comunicación Indígena e Intercultural (EICIP) realizou, de 9 a 11 de agosto, no auditório Vicente Santuc da Universidad Antonio Ruiz de Montoya, em Pueblo Libre (Lima, Peru), a V Jornada de Comunicación e Democracia.

Participaram do evento comunicadores e comunicadoras, jornalistas ambientais, representantes

de organizações sociais, entre outros interessados em direitos digitais, produção de rádio, jornalismo investigativo, comunicação política, identidade e interculturalidade, dentre outros assuntos interessante para a comunicação de povos indígenas.

Durante a jornada foram expostas experiências selecionadas de formação em comunicação indígena e intercultural internacionais. Este ano se destacaram experiências vindas da Colômbia, Equador e Nicarágua. (Fonte: Servindi)

## PÁGINA BÍBLICA

## Felizes os pobres no Espírito

SANDRO GALLAZZI\*

Na edição passada, vimos que o projeto de Jesus exige ter fé. Uma fé que consegue mover a montanha onde se concentra o poder. Assim concluía o texto: “Para Jesus, ter fé inclui duas grandes dimensões: a capacidade de enfrentar a montanha e a de perdoar o companheiro. É a novidade maior de Cristo. No Antigo Testamento não havia perdão. Fala de partilha, de solidariedade, de fraternidade, de ajuda mútua, mas não de perdão. Jesus fala que é necessário elevar a solidariedade até as últimas consequências”.

## Perdoar é apostar na fraternidade

O perdão não é uma questão puramente sentimental, ou psicológica. Não é tanto esquecer a ofensa que outro me fez. Perdão é uma opção teológica, ao mesmo tempo que uma opção profundamente política: é crer que nada pode quebrar a solidariedade dos pequenos. Não posso deixar que nada interrompa a corrente da solidariedade. Preciso crer na solidariedade ao ponto de perdoar 70 vezes 7.

Perdoar é apostar na fraternidade. Não é só uma coisa sentimental; não é só o que sinto no coração, mas é uma opção frente ao projeto de uma vida solidária na comunidade. A comunidade é decisiva. Na última oração de Jesus, o que ele vai pedir é que sejamos um; essa é a lógica do perdão. Perdoar para que o Pai nos perdoe, para que venha a salvação. É a única vez que funciona a teologia da retribuição. Se eu não a aplico aos companheiros, Deus não a vai aplicar comigo. O contrário também é verdade!

Há uma parte no Evangelho de Mateus que muitas vezes foi mal interpre-

tada e que trouxe problemas graves, inclusive nas relações entre as Igrejas. Quando Mateus conta a história do perdão diz:

“Se teu irmão peca, vai você sozinho a ele, conversa com ele, convença-o, se ele não te escuta, chama dois companheiros para que falem com ele. Se não faz caso leva-o à comunidade, à assembleia, à Igreja e se não escuta à Igreja é como um pagão e um publicano.”

Se vocês fizeram tudo o que podiam e ele continua sendo duro, então o jogamos fora e nos separamos. Usamos este texto até para legitimar a excomunhão. E esquecemos que quem escreveu esta página era um publicano chamado Mateus que sabia como Jesus tratava os publicanos.

contrário, devemos ser para este “publicano”, como foi Jesus para Mateus. Nada e ninguém pode permitir-nos a separação, a ruptura. Nem Deus vai poder atar o que nós desatamos!

## Felizes os pobres no Espírito: a Mística de Jesus (Mt 5,3-10; Lc 6,20-26)

Este é um assunto que não podemos pretender esgotar neste tipo de trabalho. Vamos trabalhar somente dois textos que podem ajudar-nos a penetrar o mistério do coração de Jesus, descobrir as razões que alimentavam as opções de Jesus.

O primeiro texto é o que conhecemos como das Bem-aventuranças. E necessito fazer um trabalho técnico de biblista com vocês para ajudá-los a interpretar este texto que creio fundamental na mensagem de Cristo. Preciso fazer este trabalho porque este texto é muito comentado, e em geral muito mal. Lembro a reação de meu pai, quando eu, ainda na Itália, o expliquei como o tinha aprendido na escola:

“Bem-aventurados os pobres de espírito”. Os pobres de espírito são os que têm desapego das coisas materiais. Continuava explicando que se pode ser rico, e ao mesmo tempo ser pobre de espírito, quando o rico não se apegava às coisas materiais e ajuda os pobres, a Igreja. Afirmei que o pobre, também pode ser rico de espírito quando só pensa no dinheiro, se apegava às coisas materiais, apresentando a pobreza de espírito como uma atitude interior da pessoa. Quando cheguei em casa meu pai me chamou e me disse:

Quer dizer que eu sou rico de espírito? Sim, porque passei toda minha vida sem deixar de pensar em dinheiro. Sempre estive preocupado porque tinha que ali-

mentar 7 filhos todos os dias. E não chegava a noite sem pensar como ia fazer no dia seguinte para encher tua barriga.

Meu patrão, rico, que dá esmola ao padre, é pobre de espírito?

Naquele momento descobri o grande critério de interpretação bíblica, que depois, no Brasil, Carlos Mesters, me ajudou a formular assim: Se tua interpretação da Bíblia não serve ao pobre está errada, tem que se buscar outra interpretação. Sim, porque a Boa Notícia é para os pobres. Minha explicação não servia a meu pai, ele se sentia condenado por esta palavra. Então fui ao meu escritório, procurei o texto original grego, e quando saí de lá depois de duas horas, lhe disse: pai, escuta. E se fosse assim. Depois de escutar-me com atenção e alegria me disse: bem, assim vale.

O que eu vou comentar agora tem então a assinatura não de um doutor em exegese e sim de um pobre sapa-teiro honesto que lutou toda a vida por sua família. O primeiro trabalho é fazer uma tradução correta deste texto. Só uma Bíblia o traduz bem. Todas as outras fazem uma tradução errada, e não por ignorância, porque o texto é muito fácil. Vamos à obra.

A primeira afirmação é: “Felizes os pobres no Espírito, porque deles é o reino dos céus”. Onde está a diferença? Em grego a palavra espírito tem artigo (to penumati) e nossas bíblias o tiram, por quê? Com o artigo, o Espírito é sempre o Espírito Santo, sem o artigo, espírito é nossa psicologia, nosso modo de sentir, de pensar.

Aquí se trata do pobre que tem o Espírito, o que obedece ao Espírito, o que vai à luta, o que não peca contra o Espírito Santo. Lembram? Vejamos agora a última bem-aventurança:

“Felizes os perseguidos por causa da justiça, por seu é o Reino dos céus”. “Seu”, de quem? De quem é o Reino? Dos pobres no Espírito e dos que são perseguidos por causa da justiça. Estes são os pobres no Espírito, os que sofrem perseguição porque buscam a justiça.

No próximo número vamos acompanhar Sandro em toda a leitura das Bem-aventuranças. Aguardem!!!



No momento que o companheiro não escuta nada nem a ninguém, é como a ovelha perdida. A coisa mais importante não está em jogá-lo fora, ao

## EXPERIÊNCIA

# Jovens concluem Escola Camponesa com estudos que vão desde a identidade camponesa até as técnicas em agroecologia

*Vinte jovens participaram dos três módulos da Escola Camponesa em Tabuleiro do Norte (CE), realizados nos meses de janeiro, março e julho, com base nos princípios da agroecologia, da convivência com o semiárido e da educação popular*

JOÃO DAMÁSIO\*

A parceria entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Vale Assessoria, a Cáritas Diocesana de Limoeiro e a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA) propiciou a realização dos três módulos da Escola Camponesa, realizada no Parque Ecológico dos Currais, em Tabuleiro do Norte (CE). O objetivo é a formação de jovens camponeses dos municípios de Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Potiretama.

A Escola Camponesa é um espaço de formação contextualizada, possibilitando aos camponeses e camponesas, especialmente à juventude, trocar experiências, adquirir conhecimentos, mudar a prática em vista da transformação das realidades de morte e destruição, em realidades de vida com dignidade.

“Baseada nos princípios da agroecologia, convivência com o semiárido e da educação popular, a Escola Camponesa possibilita o intercâmbio entre jovens em vista da construção de um projeto de vida da família camponesa. Muito já avançamos na agroecologia e na convivência com o Semiárido. Mas ainda há muito por fazer! Temos que fortalecer as experiências exitosas e difundir os aprendizados, as conquistas obtidas, para que mais famílias e comunidades assumam práticas agroecológicas.

Foto: AEFAJA

Foto: AEFAJA



cas, gerando qualidade de vida, renda e sustentabilidade socioambiental no campo, mas também para a cidade”, explica Thiago Valentim, da coordenação nacional da CPT, que acompanha a Escola.

## Três módulos, muitos aprendizados

O primeiro módulo ocorreu nos dias 27 a 29 de janeiro e permitiu a introdução sobre a missão e a história da Comissão Pastoral da Terra, a identidade camponesa no semiárido, uma introdução à agroecologia e o estudo de temas práticos sobre a água como fonte de vida, o manejo de pragas e doenças, a captação de água e pequena irrigação e quintais produtivos.

Em seguida, o estudo dos tipos de solo, das sementes crioulas, casas de sementes e manejo de culturas tematizaram o segundo módulo da formação, realizada nos dias 10 a 12 de março. Nesta ocasião, os jovens visitaram o Olho d'Água do Corrente, a mata nativa preservada e conheceram várias espécies de plantas, animais e insetos que, por consequência do desmatamento, não existem mais em suas comunidades.

O terceiro e último módulo, nos dias 7 a 9 de julho, tratou da criação de pequenos animais com aulas teóricas e práticas realizadas no Assentamento

Lagoa Grande, além de uma oficina de palma forrageira consorciada com a pitaiá. Os estudos versaram sobre a criação de caprinos e ovinos, a castração, o cuidado com doenças e a aplicação de vacina. Por fim, a turma visitou a casa de Dona Das Dores.

## Comunidade dos Currais

Em todos os módulos, a integração na Comunidade dos Currais permitiu ampliar os conhecimentos, especialmente por meio dos fartos alimentos ofertados pela comunidade e das noites culturais em que foi possível socializar os estudos realizados de modo descontraído, com diversas manifestações artísticas dos jovens e de convidados para animar a comunidade com músicas regionais, forró pé de serra e festividade junina.

Segundo Alisson Chaves, da EFA Jaguaribana, “foi possível a troca de experiências sobre a história do assentamento e os estudos realizados pelos jovens. Os moradores e moradoras rela-

taram sobre a origem do assentamento, enquanto os jovens partilharam como tem sido a experiência de realizar um curso básico de agroecologia, que é a Escola Camponesa”.

A realização da Escola Camponesa também está inserida dentro do processo de implementação da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé (EFA Jaguaribana), que deverá iniciar suas atividades em janeiro de 2018, na localidade de Currais de Cima, em Tabuleiro do Norte. A EFA será um espaço de formação técnica em agropecuária, integrada ao ensino médio, recebendo jovens rurais de municípios do Vale do Jaguaribe, que estudarão a partir da pedagogia da alternância.

Ao final do terceiro módulo, foram entregues os certificados de conclusão do curso em um momento que emocionou participantes da Escola, técnicos que ministraram as aulas e visitantes da comunidade ou de fora, que ainda puderam promover mais um momento de intercâmbio e troca de experiências.

## CINE EFA tem primeira exibição

Nos dias 18 e 19 de julho, a AEFAJA realizou a primeira exibição do CINE EFA, respectivamente na cidade de Tabuleiro do Norte e no Assentamento Donato. Exibindo e debatendo filmes e documentários sobre a questão agrária e agrícola, o pontapé foi dado com “O Veneno Está na Mesa”, dirigido pelo cineasta Sílvia Tandler e lançado originalmente em julho de 2011.

A partir do debate do filme, que trata do uso indiscriminado de

agrotóxicos no Brasil e seus impactos para a saúde humana e o meio ambiente, e do estudo realizado sobre a lei nº 12.228/1993, que traz perigosos retrocessos para o país, foram propostas formas de avançar no assunto: a criação de um grupo de trabalho com as secretarias públicas e organizações interessadas e o investimento direto na agroecologia. O CINE EFA continuará acontecendo mensalmente na cidade e em comunidades rurais.



# Cultura

# A Maria que não é santa

Foto: Joka Madruga

Maria Sempre deita depois de todos...  
acorda às cinco horas...  
Remexe o borralho  
Atiça o fogo  
Na sua simplicidade  
Prepara o café.

Faz do lenço  
A rodilha  
Sabão preto  
De decoada  
Trouxa imensa  
Quarando suor.

Tem forças para  
Sorrir e rezar...  
Labuta com os filhos  
E coisas da casa  
Rala mandioca  
Faz beiju  
Amassa o milho  
Assa pamonha  
Colhe o andu.

Maria tem a pele  
Queimada pelo sol  
Mãos calejadas  
Olhar distante  
Sabedoria.

Cuida das criações  
trabalha com o marido  
Na roça  
E ainda tem  
No rosto  
Bastante alegria.

E quando tem missa  
Sempre chega atrasada  
Primeiro arruma  
Os outros...  
Tem pouco tempo  
Para si.  
nunca se lastima  
Chama-se Maria  
E, no entanto...  
Não é santa.

Lava a roupa  
No rio...

Paulo André – CPT Minas Gerais



## Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Exemplares: \_\_\_\_\_

**Assinatura anual:**

|                          |                       |      |       |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil .....          | R\$  | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior ..... | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)

## COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
Mala Direta  
Postal Básica

**9912277124-DR/GO**  
**COM. PAST. DA TERRA**

**IMPRESSO**

**VIA AÉREA**